



**Mensagem ao Legislativo sobre Encaminhamento de Projeto de Lei**

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei  
Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

RECEBIDO EM:  
19/02/25  
Câmara Municipal de Potengi - CE  
*[Assinatura]*

APROVADO  
Em: 17/03/25  
*[Assinatura]*

Encaminho para apreciação desta Augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 18/2025, que " **DISPÕE SOBRE A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL,** normatizando a destinação e gestão desses bens e estabelecendo regras para garantir a eficiência, a economicidade e a transparência na administração pública.

Considerando a necessidade de disciplinar a correta destinação dos bens públicos que, por obsolescência, inutilização, desgaste ou outros fatores, perderam sua utilidade para os serviços municipais, máxime, a presente lei visa proporcionar mecanismos para sua alienação, doação, reutilização ou descarte responsável, sempre em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal.

Ademais, a normatização busca resguardar o interesse público, garantindo que os bens inservíveis possam



ser reaproveitados por outras entidades, quando possível, ou alienados por meio de leilão público, de forma a trazer benefícios econômicos para o Município.

A adoção de critérios objetivos e procedimentos administrativos bem delineados contribuirá para a gestão racional do patrimônio público, evitando desperdícios e promovendo maior controle e fiscalização sobre os bens municipais.

Dessa forma, esta proposição se alinha às diretrizes da legislação federal, notadamente a Lei nº 14.133/2021, no tocante ao patrimônio público, bem como às orientações dos órgãos de controle, assegurando que os bens inservíveis sejam tratados de maneira adequada e responsável, em observância ao interesse da coletividade.

Considerando o exposto, solicito a especial atenção desta Casa Legislativa para que o Projeto de Lei seja apreciado e aprovado, de modo a se dá uma destinação final aos bens móveis considerados inservíveis, satisfazendo tanto o interesse público com o interesse da coletividade.

Certo da atenção dispensada e contando com a colaboração dos Nobres Parlamentares, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

**Paço da Prefeitura Municipal de Potengi, Ceará, 18 de  
fevereiro de 2025.**

  
**SALVIANO LINARD DE ALENCAR**

**PREFEITO MUNICIPAL**



PROJETO DE LEI Nº 18/2025

DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025.

**DISPÕE SOBRE A ALIENAÇÃO DE BENS  
MÓVEIS INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO  
MUNICÍPIO DE POTENGI, ESTADO DO  
CEARÁ, NA FORMA QUE INDICA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE POTENGI/CE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município de Potengi/CE e na Lei nº 14.133/2021, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** A alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao Município de Potengi/CE será realizada por venda ou doação, nos termos desta Lei e da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º Serão considerados inservíveis os bens ociosos, antieconômicos e irrecuperáveis, segundo os seguintes critérios:

- I - **Ocioso**: bem que, embora em condições de uso, não está sendo utilizado devido à perda de sua utilidade para o município;
- II - **Antieconômico**: bem cuja manutenção for excessivamente onerosa;
- III - **Irrecuperável**: bem sem peças de reposição disponíveis no mercado, inviabilizando seu conserto e utilização.

**Art. 2º** A declaração de inservibilidade será realizada por uma Comissão Especial designada pelo Prefeito Municipal.

§ 1º A Comissão Especial realizará a identificação e avaliação



dos bens, considerando critérios objetivos de mercado, conforme diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional e dos Tribunais de Contas.

§ 2º Após a avaliação, será elaborado um relatório conclusivo contendo:

- I - Identificação dos bens;
- II - Critério de inservibilidade aplicado;
- III - Avaliação detalhada do valor de mercado;
- IV - Sugestão quanto à destinação dos bens.

§ 3º O relatório será submetido à análise e aprovação do Secretário de Administração e Finanças.

**Art. 3º** A alienação dos bens inservíveis será feita prioritariamente por **leilão público**, nos termos do art. 76 da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º O leilão será conduzido pelo Agente de Contratação ou Comissão de Contratação e amplamente divulgado em meio oficial e veículos de comunicação locais.

§ 2º Caso o leilão não tenha participantes, será realizada nova tentativa, com atualização da avaliação dos bens.

§ 3º O Poder Executivo poderá contratar **leiloeiro oficial**, devidamente credenciado e registrado, para conduzir os leilões previstos nesta Lei, observadas as normas da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

**Art. 4º** Caso o segundo leilão resulte deserto, a alienação poderá ser realizada por **dispensa de licitação**, conforme o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mediante:



- I - Publicação de anúncio com prazo mínimo de 15 dias em meio oficial e veículos de circulação local;
- II - Apresentação de propostas escritas pelos interessados, respeitando o preço mínimo de avaliação;
- III - Análise das propostas pela Comissão Especial, garantindo a escolha da melhor oferta disponível.

**Art. 5º** A alienação por doação poderá ocorrer exclusivamente em favor de entidades assistenciais e associativas do Município **declaradas de utilidade pública** pelo Poder Legislativo.

§ 1º As entidades interessadas deverão apresentar **projeto detalhado** demonstrando a finalidade da utilização dos bens, sujeito à aprovação pelo Poder Executivo.

§ 2º O Município publicará **edital de chamamento público** para seleção das entidades beneficiárias, garantindo transparência no processo.

**Art. 6º** O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, por decreto, estabelecendo procedimentos detalhados para:

- I - Avaliação de bens inservíveis;
- II - Critérios para destinação e doação;
- III - Execução de leilões e publicação de editais;
- IV - Monitoramento da destinação dos bens alienados.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário.



PREFEITURA DE  
**POTENGI**  
UMA TERRA DE CORAGEM E MUDANÇA

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Potengi/CE, em 18 de fevereiro de 2025.

  
SALVIANO LINARD DE ALENCAR

Prefeito Municipal de Potengi/CE